

POSTURAS ANTAGÔNICAS E ANSEIOS DE MUDANÇA: UM OLHAR SOBRE A INTENTONA COMUNISTA DE 1935

Marcello Amorim Vieira¹

Rafael Jorge Schaeffer Pereira²

Resumo: O Movimento Antifascista de 1935 ou Intentona Comunista de 35, como também é rotulado o levante mencionado, revela uma insurreição muito superior à uma via política única e exclusiva, como o espectro político oposto à classe envolvida no movimento prega. Os objetivos intrínsecos a este trabalho situam-se no campo das oposições políticas, as ditas posturas antagônicas, entre as principais organizações da década de 1930, isto é, a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), bem como demonstrar a influência que os antecedentes históricos exercem no caráter cíclico em que consiste os desenrolares sociais.

Palavras-chave: Brasil; Revolta; Antifascismo.

Abstract: The Antifascist Movement of 1935 or Communist Intentone of 35, as it is also labeled the uprising mentioned, reveals an insurrection far superior to a single and exclusive political path, as the political spectrum opposed to the class involved in the preach movement. The objectives intrinsic to this article is in the field of political opposition, the so-called antagonistic positions among the main organizations of the 1930s, the Brazilian Integralist Action (AIB) and the National Liberation Alliance (ANL), as well as demonstrate the influence that historical antecedents exert on the cyclical character of the social processes.

Key words: Brazil; Insurrection; Antifascism.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Direito pela Universidade Vila Velha (UVV-ES).

² Graduando em Direito pela Universidade Vila Velha (UVV-ES).

Introdução

O imaginário coletivo brasileiro revela uma visão de que os movimentos revolucionários limitam-se a estopins de insurreições, curiosamente este senso comum tende à negligência dos antecedentes inerentes a esta categoria de fenômeno histórico. A compreensão do Movimento Antifascista de 1935 vai muito além da análise do novembro daquele ano ou então, da investigação exclusiva dos feitos de organizações políticas ativas em 1935. É necessário compreender que houve motivação, causalidade e influência, paradigmas registrados no processo de construção dos movimentos ocorridos durante a História.

Contextualizada no período que compreende os anos da ascensão de Getúlio Vargas à presidência e o movimento a ser debatido, a reflexão aqui exposta centra-se no aumento das manifestações de expressão política suscitadas pela sequência de fatos que afetaram direta ou indiretamente os núcleos mais ativos à participação no referido âmbito, fonte da qual surgiram as posturas antagônicas que conflitarão entre o ideário de organização e execução das reformas necessárias por herança de um sistema segregacionista esgotado que imperou na República Velha.

A faceta econômica brasileira antecedente à Era Vargas

A citada República Velha, marcada pelo domínio do poder estadual designado pelo termo Política dos Governantes, concentrada na hegemonia dos estados de Minas Gerais e São Paulo, mostrava a estrutura de um país latifundiário agroexportador, o que implicava no desfecho de um processo de expansão falho, era alarmante a fragilidade social da época, onde a dominação dos centros dominantes se perpetuava em detrimento ao interior do país, interior este que era composto pelas massas e caracterizava-se sempre alienado quanto às decisões políticas, plano arquitetado com o objetivo de perpetuar a dominação exposta das oligarquias.

Adentro às primeiras décadas do século XX, a vulnerabilidade econômica brasileira era notória. Com uma política econômica agrícola monocultora voltada à exportação cafeeira, o investimento no polo industrial era inexpressivo. Mesmo com a existência do Partido Republicano Paulista (PRP), não houve o desenvolvimento interno de uma classe industrial autônoma, capaz de apresentar um projeto político e

econômico alternativo. Em 1925, em oposição ao PRP, houve a criação do Partido Democrático (PD), que por sua composição social, não era ativo na união partidária frente ao domínio oligárquico.

No contexto econômico, reforçando, a economia brasileira era pautada em pilares da exportação cafeeira, a qual era cotada a partir dos investimentos de capital estrangeiro por parte de banqueiros. O fato da economia nacional se sustentar majoritariamente na monocultura cafeeira, fazia o país ficar à mercê de cotações e do mercado cambial, acontece que com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque, responsável pela crise que se alastrou a partir de 1929, o excedente de café produzido e sem mercado suficiente para compra em tal contexto, traria a tendência de desvalorização do produto. O Brasil se via imerso em dívida externa que por consequência, agravava a crise interna sem precedentes com a queda de quase 75% da cotação do café durante a crise de 1929.

A decadência da República do Café com Leite e a ascensão de Getúlio Vargas

O governo Washington Luís (1926-1930) este que rompe com a tradição de não intervenção na política estadual, tentando intervir nos assuntos estaduais mineiros, fato este que contribuiu para a perda de seu gozo entre a credibilidade política mineira, enraizando a tensão política que embasará os fatores que sucederão esta era.

No ano eleitoral de 1930, Washington Luís apresentou seu candidato oficial, seu apoio era ao paulista Júlio Prestes, preterindo a tradição de rodízio por meio da indicação de um candidato que representasse Minas Gerais. Em razão de tal fato, passa a se dissolver a antiga aliança firmada entre São Paulo e Minas Gerais que ganhou a alcunha de República do Café com Leite, abrindo assim brechas à oposição. Embora a popularidade decadente devido às novas propostas apoiadas e planos de urbanização, Washington Luís assegurava a eleição de Júlio Prestes como certa, contando com o apoio do coronelismo latifundiário.

Neste período de vulnerabilidade do poder central, os elementos principais da oposição conseguiram criar uma frente única, embora seu início tenha se dado de forma precária, esta junta contou com o apoio dos antigos políticos dissidentes, os tenentes e os industriais com o intuito de pressionar a conjuntura vigente. A junta

liderada pelos estados da Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, ao qual pertencia Getúlio Vargas, visava a quebra das pretensões da oligarquia paulista mas, sem que se seja ingênuo, sabe-se que as intenções na ascensão presidencial não se davam exclusivamente em função da evolução e da preocupação quanto à vontade do povo brasileiro.

Retomando às eleições de 1930, o candidato Júlio Prestes saiu vitorioso com o apoio da máquina oficial de governo, para descontentamento da Aliança Liberal(AL), que alegava eleições fraudulentas, instrumento de perpetuação da República do Coronelismo.

A morte de João Pessoa, candidato a vice-presidência e associado à AL, as tensões latentes se precipitaram ainda mais e em 3 de outubro de 1930 estourou o movimento oposicionista nos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Com grande crise na economia e tensões políticas, a parcela militar ameaçou depor o até então presidente Washington Luís, que se recusou a entregar o poder. O federalismo da república chegou ao fim, após a ida de Getúlio Vargas ao Rio de Janeiro e a articulação superior do movimento, que pressionou de todas as formas o presidente da república e resultou na renúcia de Washington Luís, tal fato além de consolidar o Golpe de 1930, dá fim a era dos governantes que representavam a elite paulista do café e a elite mineira do leite.

Posturas antagônicas: a dicotomia política entre a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira

Após a ascensão de Getúlio Vargas por meio do Golpe de 30, instaura-se o período conhecido como Governo Provisório, é válido destacar que as pretensões e vias utilizadas por esta gestão foram o ponto fundamental que motivou a emergência de movimentos que vislumbrassem novas perspectivas no âmbito das políticas públicas para o Brasil. Segundo Hélio Silva (1969, p. 32), este período revelava um país ainda voltado para a Europa e estaria aqui lançado o embrião de novas formações totalitárias que ganhavam força no continente europeu, deste fator surgiria a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), elementos que personificaram a dicotomia existente na época.

A AIB, criada no ano 1932 pelo escritor e político Plínio Salgado, trazia em sua indumentária todo um caráter de nacionalismo ufanista e de união do povo brasileiro, em contradição, o caráter fascista segregacionista era latente de tal forma que o movimento contava com uma parcela de membros significativa que apoiava ideais antisemitas. Em oposição, os membros da ANL, fundada no ano de 1934, congregavam um ideal de união na luta contra o fascismo em si, por consequência sua postura foi explicitamente anti-integralista. Apesar de ser taxada como uma instituição comunista, a ANL seguia um pensamento de abrangência que era muito superior a rótulos. De acordo com Hélio Silva(1969, p. 43)

Nasce a Aliança Nacional Libertadora. Não era um órgão comunista. Nem comunistas foram seus dirigentes. A aclamação de Luís Carlos Prestes não cumpria uma determinação do Comintern. Nem ele, ausente do Brasil, estava em ligação com os aliancistas. Era quem mais alto representava a esperança do povo em dias melhores. Foi o herói que aclamaram, não o chefe comunista.

Tal afirmação reforça o caráter pluralista dos aliancistas, que não se limitavam a um seguimento político exclusivo. A ANL centrava em sua indumentária os preceitos antifascistas e de luta contra a lesão da soberania popular, entretanto, compreendia diversidade dentro deste espectro.

Constituinte de 1934

A nova Carta Magna brasileira era promulgada no dia 16 de Julho de 1934, tal legislação trazia uma mensagem que ia muito além de um novo conjunto de leis, era a consumação da rede feita por Getúlio Vargas que resultaria em sua eleição. O princípio de estabelecer uma eleição presidencial indireta no referido contexto foi arditosamente pensada por Vargas, que com apoio da Assembleia Constituinte, foi eleito. Segundo Hélio Silva (1969, p. 41)

O descontentamento dos políticos, a desilusão dos revolucionários, a insatisfação dos militares se desencontraram, esbarrando-se nas conspirações incipientes. Tampouco os intelectuais, que amanheciam para a vida pública, estavam satisfeitos.

O autor ainda diz que é neste momento que os movimentos encontram efetivamente sua motivação para a militância mais ativa de uma nova ordem, organizando desde já manifestos que potencialmente poderiam desembocar em uma revolução. Sintetiza-se, de acordo com Hélio Silva, que a gênese da Revolta de 35 estaria nos dias que sucederam aquele 16 de julho de 1934.

A Revolta de 1935

O retorno de Luís Carlos Prestes ao Brasil no ano de 1935 vai elevar as atividades dos aliancistas na luta contra o fascismo. Anita Leocádia Prestes, inclusive, opta por retratar a Insurreição de 35 como Movimento Antifascista de 1935, tal nomenclatura reforça a pluralidade e desejo político renovador dos militantes que, apesar de terem recebido o apoio da Internacional Comunista e a participação maciça dos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ia muito além de uma pauta exclusivamente comunista. O objetivo era a soma de forças contra um ideal autoritário e opressor, a detenção do avanço imperialista sobre o Brasil e a contenção do latifundismo, o lema “Pão, terra e liberdade” evidenciava o embasamento das lutas sociais travados pela ANL. A escolha de Luís Carlos Prestes como presidente de honra da ANL se emerge como a figura carismática capaz de congregar as massas.

Desde sua criação, a Aliança Nacional Libertadora crescia de maneira substancial, contando com militantes de diversas esferas e conectando-se a movimentos anteriores da história do país, visto que uma parcela considerável de seus membros tinha histórico em movimentos vanguardistas (como a Semana de Arte Moderna de 1922, que em muitos aspectos foi símbolo de expressão política). Segundo Anita Leocádia Prestes (2006, p. 32)

Em pouco menos de 3 meses e meio de vida legal, a ANL chegou a fundar mais de 1,6 mil núcleos em todo o território nacional, atingindo na capital da República 50 mil inscritos e, na cidade de Petrópolis (RJ) 2,5 mil aderentes, segundo Roberto Sisson, secretário-geral da entidade. Afonso Henriques, secretário do Diretório Municipal do Rio de Janeiro, escreveu que o quadro social da ANL estava, em maio de 1935, aumentando numa média de 3 mil membros por dia. De acordo com dados fornecidos por Caio Prado Júnior, presidente do Diretório Estadual de São Paulo, a ANL, no momento de seu fechamento, no início de julho de 1935, contava nacionalmente com um número de militantes que variava entre 70 e 100 mil.

Isto é, com tais números, os aliancistas passavam à figura de ameaça significativa ao regime varguista, o que fez com que o aparato de governo providenciasse medidas como a referida por Anita Prestes, como resultado a ANL é fechada no dia 11 de julho de 1935, fato que não impossibilitou totalmente a articulação para o movimento de novembro do mesmo ano.

A influência do ideário comunista sob a ANL era latente, e este ideário levou a Aliança a uma radicalização, que foi fundamental para a iniciativa revolucionária.

Alguns documentos do PCB revelam que o contexto da época era propício a uma insurreição popular, estes documentos retratam a identificação de uma situação revolucionária no país, elementos que reforçariam o apoio popular ao levante arquitetado. O movimento em questão não se tratava de uma iniciativa comunista, como era apontado o movimento pela direita, mas sim de um monopólio político ao grupo aliancista, como dito por Luís Carlos Prestes em seu manifesto de 5 de julho de 1935. O equívoco consiste do fato de que o panorama político descrito neste parágrafo não reflete o momento da época, sendo neste ponto a falha dos organizadores da Insurreição (PRESTES, 2006).

Hélio Silva afirma que a série de elementos envolvendo o fechamento da ANL, arquivos devassados pela polícia, seu presidente passando por transferências e transferências que futuramente acabariam em sua prisão somados ao fato de os aliancistas superestimarem suas forças e subestimarem o poder de reação coercitiva foi o ponto crucial do movimento, que se viu entre o dilema de naquele momento tão frágil ter que escolher entre capitular ou reagir, tal erro político pesaria sob as organizações em seu futuro. Silva afirma ainda que, além do exposto, a subsequência das datas na qual estouraram os levantes deu a Vargas tempo de articulação. “Os rebelados de Natal não tinham como sustentar as posições. Nem os de Recife consolidarem as conquistas da primeira hora. Ou os do 3º RI e da Escola de Aviação de resistirem às forças mobilizadas contra eles” (SILVA, 1969, p. 44).

Apesar de sufocada a “ferro e fogo”, o legado do Movimento Antifascista de 1935 foi marcado na história e muito superior à sua derrota perante à coerção de Vargas. O movimento até hoje é marcado como um dos principais na luta contra ideais fascistas e pelo ideal democrático, fazendo reverberar nessa geração questionamentos que posteriormente ganhariam forte reivindicação, como é o caso da Reforma Agrária e do anti-imperialismo (PRESTES, 2006).

Considerações finais

A proposta deste artigo parte do ponto de vista da análise da emergência de manifestações políticas em um Brasil pós-golpe sob o pano de fundo dos anos 1930, entretanto o mais interessante é que o caráter cíclico do processo histórico permite que se aplique tal dinâmica também à diferentes momentos da História nacional. As semelhanças estruturais apresentadas pelo Brasil no contexto de diferentes golpes

de Estado dialogam entre si e para tal comparação utilizo três golpes distintos: O Golpe de 30, o Golpe Militar de 64 e o Golpe de 2016. Nos três golpes citados, é possível de se identificar em um polo, o regime vigente e em outro, a oposição que alega corrupção neste regime. Tanto Getúlio Vargas e a AL, os militares e o Congresso golpista de 2016 alegaram haver um jogo de corrupção na tentativa de depor a gestão vigente.

Retomando à ideia da historicidade cíclica, a recorrência de motivações exposta bem como a trajetória da corrupção como um elemento inerente à cultura e estrutura da sociedade brasileira, é possível afirmar numa repetição de figuras. O tempo é evolutivo, a História é de nichos. Nem sempre o contexto histórico será vanguardista como o tempo, o retrocesso ideológico que permeia o Brasil atualmente é um dos fatores que comprovam tal fato.

Referências

MORAIS, Fernando. *Olga*. 10ª ed. São Paulo: Alfa-omega, 1986.

PRESTES, Anita L. *Luiz Carlos Prestes – patriota, revolucionário, comunista*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SILVA, Hélio. *1935 – A Revolta Vermelha*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco 1930 – 1964*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.